



PROCESSO	1000106321/2020
PROTOCOLO	1350249/2021
INTERESSADO	C. C. D. C. A. A. LTDA
ASSUNTO	AUSÊNCIA DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
DELIBERAÇÃO Nº 001/2022 - CEP-CAU/RS	

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL - CEP-CAU/RS, reunida ordinariamente por meio de videoconferência, no dia 17 de janeiro de 2022, no uso das competências que lhe confere o inciso VI do art. 95 do Regimento Interno do CAU/RS, após análise do assunto em epígrafe;

Considerando que a pessoa jurídica, C. C. D. C. A. A. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 92.483.734/0001-97, foi autuada por exercer atividade afeita à profissão de arquitetura e urbanismo, sem, contudo, estar registrada no CAU;

Considerando que a multa, imposta por meio do Auto de Infração no valor de R\$ 2.857,05 (dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais com cinco centavos), foi aplicada de forma correta, tendo em vista que, devidamente notificada, a parte autuada não efetivou a regularização da situação averiguada e que foram respeitados os limites fixados no art. 35, da Resolução CAU/BR nº 022/2012;

DELIBEROU:

1. Por aprovar, unanimemente, o voto do relator, Conselheiro Carlos Eduardo Mesquita Pedone, decidindo pela manutenção do Auto de Infração nº 1000106321/2020 e, consequentemente, da multa imposta por meio deste, em razão de que a pessoa jurídica autuada, C. C. D. C. A. A. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 92.483.734/0001-97, incorreu em infração ao art. 35, inciso X, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, por exercer atividade afeita à profissão de arquitetura e urbanismo, sem, contudo, estar registrada no CAU;
2. Por informar o interessado desta decisão, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, interpor recurso ao Plenário do CAU/RS, em conformidade com o disposto no art. 20, da Resolução CAU/BR nº 022/2012;
3. Por informar ao interessado que a multa resultante do auto de infração pode ser quitada antes do trânsito em julgado;



4. Após o trânsito em julgado, cientifique-se à Unidade de Fiscalização do CAU/RS, para que, nos termos do art. 17, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, averigue a regularidade da situação que deu origem ao Auto de Infração do presente processo, sendo que não se dará reincidência caso a situação cadastral da autuada perante a Receita Federal se encontre INAPTA.

Porto Alegre - RS, 17 de janeiro de 2022.

Acompanhado dos votos dos conselheiros Rafael Artico e Valdir Bandeira Fiorentin, atesto a veracidade das informações aqui apresentadas.

Carlos Eduardo Mesquita Pedone
Coord. Adjunto da Comissão de Exercício Profissional